

# Bolsas de Pós-Graduação A Situação da Matemática

## Manifestação da Congregação do IME-USP

Proposta original: Prof. Dr. Frank Michael Forger  
Aprovada em 25/10/2001 por 24 votos a favor e 2 abstenções

A Congregação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo vem manifestar a profunda insatisfação desta instituição com a recente política de concessão de bolsas de pós-graduação das agências de fomento federais (CAPES e CNPq) e estaduais (FAPESP).

- (I) Durante os últimos anos, observou-se uma forte expansão da nossa pós-graduação, refletindo a atratividade cada vez maior dos nossos programas. Tendo em vista a grande carência de profissionais altamente qualificados na área de Ciências Matemáticas<sup>1</sup> no País, recentemente confirmada por um estudo independente<sup>2</sup>, saudamos essa expansão como altamente positiva: ela assinala o compromisso deste Instituto de cumprir as suas obrigações perante a sociedade brasileira, atendendo às necessidades da educação de nível superior na área de sua competência.
- (II) No mesmo período, as cotas de bolsas concedidas aos programas de pós-graduação pela CAPES e pelo CNPq registraram um decréscimo maciço, de mais de 50%, no caso do mestrado, acompanhado por um acréscimo significativo, também da ordem de 50%, no caso do doutorado. Como, no início do período de referência, o número de bolsas de mestrado foi bem maior do que o de bolsas de doutorado, essa redistribuição resultou numa perda global da ordem de 20%. Os números exatos constam da tabela anexa.

---

<sup>1</sup>No IME-USP, a pós-graduação em Ciências Matemáticas é constituída pelos programas de Matemática, Matemática Aplicada, Estatística e Ciência da Computação.

<sup>2</sup>Veja, por exemplo, o artigo “Precisa-se de matemáticos” publicado na edição de julho de 2001 da revista “Pesquisa” da FAPESP.

(III) No ano de 2001, a FAPESP mudou, por duas vezes, sua política de concessão de bolsas de pós-graduação. A primeira mudança, ocorrida no início do ano, claramente visou conter o comprometimento excessivo do seu orçamento por bolsas de mestrado e de doutorado, devido ao crescimento explosivo da demanda neste setor durante os últimos anos, passando a exigir “excelência” em três quesitos para que futuras solicitações possam ser aprovadas: a) a qualidade do projeto, b) a produtividade recente e a competência do orientador na área em que se insere o projeto e c) as qualificações do candidato. Os números utilizados pela FAPESP para embasar a decisão constam do documento “O Apoio da FAPESP à Pós-Graduação: Evolução e Perspectivas” disponível na página principal da FAPESP na Internet:

<http://www.fapesp.br>

A segunda mudança, com vigência a partir de 01/09/2001, introduziu outras modificações, entre elas a redução da duração ordinária das bolsas de doutorado de 4 para 3 anos, a redução da reserva técnica das bolsas de mestrado, de 30% para 10%, e a criação de uma nova modalidade de bolsa de pós-graduação, a “bolsa de doutorado direto”.

Perante estes fatos, a Congregação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo considera o seguinte:

1. A política das agências federais (CAPES e CNPq), no sentido de uma preferência unilateral e excessiva por bolsas de doutorado em detrimento das bolsas de mestrado, acompanhada pela tendência geral de redução do número total, está começando a criar sérias distorções nos programas de pós-graduação do IME-USP. Em conjunto com o congelamento do número de bolsas de pós-graduação da FAPESP a partir do início do ano de 2001, a situação chegou ao ponto de configurar uma grave ameaça para o futuro dos nossos cursos de mestrado, estrangulando a base financeira para a manutenção da quantidade e qualidade de formação de mestres no IME-USP. Cabe ressaltar que essa política, além de inviabilizar o necessário crescimento da área, também acabará comprometendo os cursos de doutorado, através do esvaziamento das reservas de candidatos qualificados para o ingresso nesta modalidade.
2. Na área de Ciências Matemáticas, o mestrado continua desempenhando um papel central na formação de qualquer profissional de nível elevado, inclusive de futuros pesquisadores: o doutorado direto é, e por muitos anos permanecerá, a exceção e não a regra. Existe uma necessidade de articular uma oposição aos excessos do processo de desvalorização do mestrado neste País. Não se trata de contestar a existência de áreas do conhecimento que, tradicionalmente, não conseguem caracterizar a diferença acadêmica entre mestrado e doutorado e assim poderiam se beneficiar da introdução de uma pós-graduação unificada, mas as agências de

fomento deveriam demonstrar um maior grau de consciência perante o fato de que isso não se aplica a todas as áreas e que elas precisam desenvolver uma política diferenciada por áreas a respeito do papel do mestrado vs. doutorado vs. pós-graduação integrada. O mestrado não deve e não pode ser simplesmente abandonado.

3. A desvalorização do mestrado por parte das agências de fomento foi impulsionada pelo CNPq durante a gestão do Professor Tundisi. O argumento principal utilizado naquela época, e até hoje, foi a alegação de que a CAPES e o CNPq estavam sob pressão do governo para definir mais claramente a distinção entre seus respectivos objetivos – a formação de recursos humanos de nível superior no caso da CAPES e a pesquisa no caso do CNPq – e que, a rigor, o CNPq deveria se retirar completamente do apoio a este segmento da pós-graduação. Afirmou-se que “o mestrado não envolve pesquisa” e portanto o financiamento da formação de recursos humanos neste nível seria tarefa da CAPES e não do CNPq. Obviamente, trata-se de uma justificativa equivocada, principalmente pelo nível de generalidade da afirmação que simplesmente ignora a existência de áreas como a de Ciências Matemáticas, onde o mestrado continua tendo um papel central para a formação de um profissional de alto nível, inclusive a formação dos futuros pesquisadores. E mesmo em áreas onde tal argumento poderia prevalecer, ele deveria ter levado, como consequência lógica, a uma redistribuição das tarefas entre as agências, no sentido de compensar a redução do número de bolsas de mestrado do CNPq por um aumento correspondente do número de bolsas de mestrado da CAPES, o que no entanto não ocorreu. Muito pelo contrário, a CAPES acabou adotando a mesma política de desestimulação do mestrado, por motivos que nunca chegaram a ser esclarecidos.
4. Os esforços da FAPESP durante os últimos cinco anos, no sentido de garantir a continuidade do fomento à formação de mestres e doutores no Estado de São Paulo, merecem respeito e reconhecimento. Conforme os dados apresentados no acima mencionado documento “O Apoio da FAPESP à Pós-Graduação: Evolução e Perspectivas”, constatou-se ao decorrer dos últimos 6 anos (1995-2000) um decréscimo maciço, da ordem de 50%, das cotas de bolsas da CAPES e do CNPq concedidas aos programas de pós-graduação das Instituições do Ensino Superior no Estado de São Paulo. Não há como negar que a capacidade da FAPESP de encobrir este enorme rombo criado pela omissão das duas agências federais tem seus limites. Por outro lado, as mudanças estruturais efetuadas pela FAPESP no ano de 2001 vão muito além de meras medidas de contenção de gastos e precisam ser analisadas de forma crítica.
  - (a) Primeiro, as medidas tomadas pela FAPESP precisam ser severamente criticadas quanto à metodologia de sua implantação. Num setor tão sensível como é a pós-graduação, que visa a formação da futura elite acadêmica do País, inclusive dos futuros pesquisadores, qualquer mudança estrutural deve ser implantada com bastante antecedência e após ampla consulta da comu-

nidade. Não é aceitável que agências de fomento imponham suas próprias visões acadêmicas de maneira repentina e sem consulta prévia. No presente caso, até os órgãos universitários que, por obrigação estatutária, têm a responsabilidade de zelar pelo bom desenvolvimento da pós-graduação, foram excluídos do processo decisório e simplesmente confrontados com fatos consumados, como aconteceu na reunião do Conselho de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo realizada em 24/09/2001.

- (b) Segundo, as medidas adotadas pela FAPESP também precisam ser questionadas no seu conteúdo.
- i. O simples congelamento das cotas de bolsas no nível do ano anterior é uma medida de emergência adotada pela FAPESP para conter o crescimento explosivo da demanda, mas ele reflete a completa ausência de uma política diferenciada por áreas. Falta, em particular, qualquer referência à demanda da sociedade pelos profissionais formados. Não é aceitável que, em tempos de recursos mais escassos, áreas em que já se observa excesso de profissionais sejam tratadas da mesma forma que áreas em que há carência, ou que áreas de importância estratégica para o desenvolvimento do País não recebam atenção especial. É claro que esta discussão está apenas começando, mas alguns parâmetros já podem ser vislumbrados sem dificuldade ou esforço. Para a área de Ciências Matemáticas, a importância estratégica para a educação no Brasil (ou em qualquer outro país) é tão óbvia que não precisa ser discutida. (Dificilmente encontrar-se-á outra área do conhecimento com tradição milenar que já é ensinada no primeiro grau.) E quanto à demanda da sociedade, basta a leitura do artigo “Precisa-se de matemáticos” nas páginas 78–79 da edição de Julho de 2001 da revista “Pesquisa” da própria FAPESP, que deveria ser leitura obrigatória para todos os dirigentes das agências de fomento. Segundo o estudo ali relatado, elaborado inclusive com a participação do atual coordenador da FAPESP para a área de Ciências Matemáticas, Prof. Dr. Jorge Hounie da UFSCar, existe uma carência enorme de matemáticos no Brasil; por exemplo, o documento aponta a necessidade de formar, com urgência, 1.650 Mestres só para atender as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Não parece sábio que a FAPESP, na hora de formular sua política de apoio à pós-graduação, desconsidere tais dados sobre a situação global de áreas estratégicas do conhecimento.
  - ii. A adoção de um esquema de concessão de bolsas por um sistema de competição enfraquece o papel da assessoria científica e coloca os coordenadores das áreas na FAPESP na posição difícil de ter que tomar a decisão final e assumir a responsabilidade por ela. Os mecanismos tradicionais de avaliação e decisão da FAPESP não são adequados para lidar com essa nova situação. Por exemplo, decisões deste porte não deveriam ser tomadas por uma única pessoa e sim por uma comissão eleita por

seus pares: é este o mecanismo padrão na Universidade de São Paulo, e por bons motivos. Note-se que as agências federais também exigem que os cursos de pós-graduação formem comissões de seleção para decidir sobre a distribuição de suas cotas de bolsas. Sem uma participação mais ativa da comunidade, as decisões da FAPESP neste setor carecerão de autoridade acadêmica e se tornarão alvo de críticas cada vez mais severas. Aliás, este processo de perda de autoridade já está em pleno andamento, como pode ser verificado pela reação a justificativas dadas pela FAPESP para a denegação de dois pedidos recentes de bolsas de mestrado no IME-USP, alegando-se que “o currículo do candidato não foi considerado excelente”, quando um dos dois candidatos completou o exigente curso de Ciências Moleculares no tempo recorde de apenas 3 anos, com média 8,0, enquanto que o outro recebeu o prêmio de melhor aluno do curso de Bacharelado em Matemática formado em 2000. Se currículos deste tipo não forem considerados excelentes, surgem dúvidas quanto à adequação dos critérios de julgamento.

- iii. A redução da duração ordinária das bolsas de doutorado de 4 para 3 anos, prevendo a possibilidade de uma prorrogação por um quarto ano apenas “em condições excepcionais, muito bem definidas e justificadas”, constitui um passo importante – na direção errada!<sup>3</sup> Não há como negar que em Ciências Matemáticas (e talvez em muitas outras), é extremamente difícil (e portanto muito raro) ver um doutorado de qualidade feito em 3 anos, tanto no Brasil como no exterior. Tendo em vista o perfil acadêmico e os conhecimentos prévios dos candidatos que se inscrevem nos cursos de doutorado no IME-USP e que, na sua maioria, fizeram o mestrado em outras instituições, os cursos de doutorado oferecidos no IME-USP exigem um certo número de créditos em disciplinas, inclusive para facilitar a necessária adaptação ao ambiente acadêmico do Instituto. Nestas condições, a realização de um doutorado em 3 anos pode ser apenas a exceção e nunca a regra. E mesmo nestes casos excepcionais, a formação do aluno tende a apresentar deficiências devido à falta de tempo para o necessário amadurecimento. Portanto, é imperativo chamar a atenção da FAPESP para o fato de que, caso ela insistir em reduzir a duração ordinária de suas bolsas de doutorado para apenas 3 anos, ela deve se preparar a assumir a responsabilidade por uma considerável perda na qualidade das teses dos seus bolsistas e no número de publicações internacionais oriundas destas teses.
- iv. A introdução da nova modalidade de bolsas de doutorado direto deve ser amplamente discutida. Para a área de Ciências Matemáticas, não existe nenhuma necessidade para tal iniciativa. Isso não significa que o

---

<sup>3</sup>A mesma afirmação se aplica, mutatis mutandis, à redução da duração ordinária das bolsas de doutorado direto de 5 para 4 anos.

doutorado direto não poderia constituir, pelo menos em casos excepcionais, uma alternativa interessante, mas o caminho correto e seguro para sua implementação continua sendo o tradicional: o candidato entra na pós-graduação do IME-USP não como aluno de doutorado direto e sim como aluno de mestrado, podendo ser transferido para o programa de doutorado direto se apresentar um talento especial e caso seu projeto de pesquisa adquirir um potencial científico suficiente para justificar tal transferência. E mesmo em outras áreas onde o doutorado direto pode, futuramente, vir a ser realizado mais frequentemente, o único estímulo para escolher esta opção reside no valor da reserva técnica e não no valor da bolsa (que é igual a uma bolsa de mestrado nos primeiros dois anos e a uma bolsa de doutorado apenas nos últimos dois anos). Isso significa que os únicos interessados são o orientador e sua instituição; não havendo nenhuma vantagem para o aluno.

Em vista destas considerações, a Congregação do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo solicita

1. da CAPES e do CNPq: o fim da discriminação global do mestrado e a adoção de uma política mais equilibrada, diferenciada por áreas, que deve levar ao reconhecimento da importância do mestrado, inclusive para a formação de futuros pesquisadores, pelo menos em certas áreas;
2. da FAPESP: a revogação da redução da duração ordinária de bolsas de doutorado de 4 para 3 anos, uma revisão das condições para a nova modalidade de bolsas de doutorado direto e a adoção de uma política mais flexível para a administração de suas cotas de bolsas, baseada numa análise das necessidades reais da sociedade, inclusive o mercado de trabalho para os formandos;
3. de todas as agências de fomento à pós-graduação: o fim de posturas e atitudes que se manifestam em decisões de gabinete sobre questões importantes, tais como o papel do mestrado ou a duração adequada de bolsas, sem consideração da diversidade entre as diferentes áreas do conhecimento e sem discussão prévia e ampla com a comunidade acadêmica.

Concluindo, convidamos as Comissões de Pós-Graduação e as Congregações das demais Unidades da Universidade de São Paulo a se manifestarem sobre as questões aqui abordadas, esperando a abertura de um processo de discussão ampla que deve ser levado à Pró-Reitoria e ao Conselho de Pós-Graduação.

São Paulo, 25 de outubro de 2001